



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS DE MARIANA – MG**

**Rua Santa Cruz, 28 – Barro Preto – Mariana/MG**

**[iprevmariana.mg.gov.br](http://iprevmariana.mg.gov.br)**

Ata da reunião ordinária do Conselho Fiscal do IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Mariana-MG – do mês de novembro de 2021.

Aos oito dias do mês de novembro de 2021, às 9h10 reuniram-se, ordinariamente, na sede do IPREV-Mariana, os seguintes membros do Conselho Fiscal: Adão do Carmo da Rocha; Frederico Milagres de Oliveira; Juvenil Cassiano dos Santos; Marcelo Henrique Machado S. Araújo; Michelle Pereira Xavier e Vera Madalena da Rocha Maia. Também participaram, como convidados, a sra. Rosângela Galvão de Moura, Controladora Interna do IPREV-Mariana e o sr. Marcus Vinícius de Almeida Guimarães. Justificaram a ausência os conselheiros Emerson Natal de Paula Gonçalves e Cassiana Aparecida Alves Guilherme. A reunião teve como pauta os seguintes pontos: 1. Participação da diretoria para discussão de: relatório do atuário; reforma da previdência; assessoria jurídica e outros. 2. Apresentação do servidor Marcus Vinícius de Almeida Guimarães que irá se candidatar a membro do Conselho Fiscal nas próximas eleições. 3. Participação de representante do Comitê de Investimentos para esclarecimento de dúvidas dos conselheiros; 4. Análise do relatório do Controle Interno referente setembro/2021; 5. Análise do relatório de investimentos referente setembro/2021; 6. Revisão do Plano de Ação do Conselho Fiscal/2021; 7. Análise de modelos de relatórios e pareceres sobre prestação de contas. Iniciando os trabalhos, houve a necessidade de alterar a ordem da pauta uma vez que os diretores do IPREV estavam reunidos com os advogados recém-contratados. Sendo assim, a reunião começou com os conselheiros dando as boas-vindas ao sr. Marcus Vinícius que, em seguida, se apresentou e manifestou seu desejo de retornar ao Conselho Fiscal, do qual participou em 2018. Marcus Vinícius é contador e, atualmente, trabalha no setor de Compras da Prefeitura de Mariana. Às 9h25, a sra. Natália Clarice, acompanhada do seu estagiário Leonardo, iniciou uma exposição em data show com o objetivo de apresentar o Comitê de Investimentos, do qual é a atual presidente, começando por seus membros e pelos requisitos mínimos para integrar o Comitê. Ela falou que o regimento interno prevê que todos os membros tenham certificação mínima CPA 10 e, caso algum membro seja admitido sem esse requisito, o mesmo tem o prazo de 90 (noventa) dias para se certificar. A Natália apresentou também a legislação que embasa as ações do Comitê de Investimentos. Ela fez uma explanação sobre a composição da carteira de investimentos do IPREV no mês de setembro/2021, também disponível no site. Apresentou indicadores, explicou sobre rentabilidades e riscos. Ela ressaltou que a meta atuarial/2021 é 11,55% e que os índices apresentados estão muito abaixo desse percentual. A respeito da renda variável no exterior, ela disse que, apesar de alguma instabilidade, é uma proteção para a carteira do Instituto. A seguir, foi demonstrada a rentabilidade de 2021, mês a mês, onde se percebeu que nos meses de março, abril e maio houve uma melhora no cenário econômico em virtude do início da vacinação contra a COVID-19. Ela mostrou também um comparativo de rentabilidade entre os RPPS's de Mariana/MG; Cariacica/ES; Ribeirão Preto/SP; Itaúna/MG; Viçosa/MG e Jundiá/SP; onde ficou evidente que, embora haja diferenças, a rentabilidade desses RPPS's seguiu a mesma tendência no período de janeiro a julho/2021. A conselheira Michelle perguntou se o Comitê leva em consideração a análise da empresa Crédito e Mercado e se eles se sentem seguros com a assessoria

dessa empresa. Natália disse que não ficam “presos” ao relatório da Crédito e Mercado e que o documento que a empresa emite auxilia na análise das ações realizadas e ajuda a definir rumos e direcionamentos da consultoria. Natália explicou que os membros do Comitê conversam também com instituições financeiras e enviam uma síntese dessas conversas para a Crédito e Mercado para que eles possam analisar as recomendações, e ressaltou que muitas informações complementares à consultoria também ajudam na tomada de decisões. Ela concluiu falando que na plataforma da empresa conseguem fazer um comparativo entre gestores de fundos similares, para saber qual deles foi mais eficiente num determinado período. Michelle destacou que é um volume considerável de documentos e informações e uma responsabilidade enorme; perguntou se a Natália sente necessidade de se dedicar exclusivamente ao Comitê de Investimentos diante dessa demanda. Natália concordou que a falta de tempo para estudar todo o material mínimo necessário para discussão na reunião é um entrave, e que muitos não conseguem se dedicar como gostariam, exatamente por não terem tempo. Michelle falou que o nível de responsabilidade assumido por membros de órgãos colegiados é enorme e destacou o risco de ter que responder eventualmente a um processo judicial e ter até que arcar com as custas do mesmo; ela lembra que essas preocupações levaram o Conselho Fiscal a buscar o jetom, como incentivo que pode levar a uma melhora na atuação dos membros. Natália falou que o Conselho de Previdência está estudando a questão de dar condições para que o membro do Comitê possa se dedicar ainda mais; ela voltou a mencionar a obrigatoriedade da certificação e a falta de tempo para se dedicar aos estudos. Natália mencionou o nível de exigência trazido pelo pró-gestão e por isso acha que o jetom é justo. Vera falou que, além dos benefícios que se pode conseguir com o jetom (seja como retorno financeiro ou não) pode-se pensar em atualizar o regimento interno para, por exemplo, limitar o número de faltas do conselheiro durante o ano. Vera perguntou à Natália em que medida a ALM, citada na reunião anterior do Conselho Fiscal, poderá auxiliar o Comitê de Investimentos. Natália explicou que se trata de um estudo que faz conciliação da gestão atuarial com os recursos do Instituto, é um estudo personalizado que indica qual ou quais os melhores investimentos, seus riscos, melhores prazos, tudo em função do contexto apresentado pelo cálculo atuarial e o patrimônio do Instituto. A ALM é uma ferramenta obrigatória por causa do pró-gestão. Vera perguntou também a respeito do gestor de investimentos. Natália disse que esta é uma recomendação da Secretaria da Previdência SPREV, e que essa pessoa estará preparada para fazer uma análise minuciosa e diária da carteira do Instituto. Rosângela disse que a comissão de reestruturação do IPREV já está com discussão bem avançada a respeito do processo de seleção desse profissional, agora resta verificar com o assessor jurídico a questão das atribuições desse gestor. Frederico questionou se a Crédito e Mercado está fazendo uma boa assessoria. Natália respondeu que, no início, eles estavam demorando bastante para responder a uma consulta, mas à medida que foram percebendo que o IPREV tem uma boa atuação, foram sendo mais céleres e que hoje demoram de 4 a 5 dias para entregar uma análise solicitada; ela falou que tem sido uma assessoria satisfatória. Frederico reforçou que a solicitação de presença de membro do Comitê de Investimentos na presente reunião era realmente para que pudesse explicitar quais são as demandas do Comitê. Ele falou que foi muito importante essa conversa de hoje para esclarecer como os membros do Comitê tomam suas decisões, e ressaltou a importância de tudo o que foi explanado. Natália observou que, mesmo com o atendimento da Crédito e Mercado, é difícil para o Comitê exercer um acompanhamento e discussões diárias, pois se reúne somente uma vez por mês e que é difícil ter reuniões extras por todos os motivos que já foram expostos. Todos agradeceram a presença da Natália e do seu estagiário Leonardo. Às 10h45, a diretora-presidente do IPREV, Elizangela Lana, entrou na sala para apresentar os advogados Fernando Calazans e Bruno Calazans, recém-contratados para

prestar assessoria ao IPREV pelos próximos seis meses. O Sr. Fernando Calazans fez uma breve apresentação, disse que estava fazendo uma visita ao IPREV para iniciar a assessoria e colocou-se à disposição dos órgãos colegiados para auxiliar no que for possível. A seguir, despediu-se. Neste momento, passamos ao próximo ponto da pauta que tratava do relatório do Controle Interno do mês de setembro/21, e os presentes disseram não ter dúvidas a respeito do documento. Também com relação ao relatório de investimentos do mês de setembro/21, não foram feitos comentários uma vez que a sra. Natália Clarice já havia feito uma exposição satisfatória dos investimentos até o referido mês. O item 6 da pauta, que trata da revisão do Plano de Ação do Conselho Fiscal, foi tratado da seguinte forma: todos concordaram que o documento foi elaborado com base no nosso regimento interno, que por sua vez está embasado na Lei 173/2018, portanto, precisamos fazer uma análise crítica a fim de verificar quais ações conseguimos realizar, o que deixou a desejar em termos de ações do Conselho Fiscal e como podemos melhorar o plano de ação para o ano de 2022. Essas observações serão feitas em casa e apresentadas na próxima reunião, como forma de otimizarmos o tempo, já que a reunião já estava se estendendo bastante. O sétimo ponto da pauta era a análise de modelos de relatórios e pareceres sobre prestação de contas. Vera disse ter lido os modelos disponibilizados no grupo de whatsapp e percebeu que todos os pareceres estão respaldados por auditorias. Frederico falou que o relatório anual de prestação de contas do IPREV tem o aval do Controle Interno e que esse é um parâmetro para o parecer do Conselho Fiscal. Vera concordou e destacou que, com a análise do Contador e do Controle Interno, os conselheiros se sentem mais seguros para dar seu parecer em prestação de contas e outros documentos, quando necessário. Como combinado entre os presentes, a participação da diretoria para discussão de: relatório do atuário; reforma da previdência; assessoria jurídica e outros pontos ficou para o final da reunião. Assim, às 11h10, a diretora-presidente, Elizangela Lana, e o diretor-administrativo, Diego Carioca, entraram na reunião. Frederico iniciou falando do relatório da gestão atuarial produzido pela empresa FAC a pedido do Conselho Fiscal, disse que reconhece as limitações do estudo, mas reforçou que o mesmo tem que ser levado ao conhecimento do ente e das autarquias, junto com o novo plano de amortização. Elizangela falou que tem discutido na diretoria e com o Controle Interno que assim que concluir o censo, o plano de amortização será priorizado. Diego disse que o censo já deveria estar concluído, mas que até essa data muitos servidores ainda não haviam se recadastrado. Ressaltou que depois de sua conclusão, será feito um novo estudo atuarial com base nos dados atualizados. Ele relatou que em 2017 o Conselho de Previdência recorreu à promotoria para que acionasse o ente a pagar o déficit do FUNPREV; em audiência, a prefeitura provou que o plano de amortização estava sendo cumprido. Na época, a juíza entendeu que não havia débito por parte da prefeitura. Diego reforçou que o caminho para tentar solucionar a questão do déficit atuarial passa pelo censo, pois não adianta entregar o referido estudo antes de fazer um novo cálculo atuarial. Frederico disse ter receio de que o ente entenda que o déficit atuarial se deve não ao déficit inicial, mas somente às variantes que o foram impactando ao longo dos anos. Diego falou que a partir do cálculo atuarial é possível fazer um plano de amortização que cobre muito mais do que o valor apurado nesse estudo da FAC, já mencionado. Frederico reconhece que não é possível cobrar da prefeitura (e autarquias) todo o déficit, pois corre-se o risco de o ente considerar o IPREV inviável. O conselheiro falou que o plano de amortização tem que ser feito antes da reforma da previdência e antes que se faça, por parte da prefeitura, a doação de um imóvel ao IPREV, como tem sido negociado, pois isso poderia inviabilizar o plano de amortização que, no momento, é muito mais importante. Ele destacou, entretanto, que o novo plano de amortização tem que ser realizável. Michelle falou que com o novo cálculo atuarial deveriam ser feitos dois planos de amortização, um com o total do déficit e outro mostrando a

questão de atualização do deficit inicial. Concluindo: Frederico lembrou que o cálculo atuarial tem que ser feito no máximo até março/2022 com as informações atualizadas; Diego mencionou que, antes desse prazo, é possível solicitar estudos com base em cenários. Rosângela destacou que é preciso fazer o “nivelamento” para termos condições de fazer uma análise crítica de um estudo atuarial. Diante desses argumentos, o que ficou acordado foi que é preciso aguardar a conclusão do censo previdenciário, depois o cálculo atuarial e, em seguida, o novo plano de amortização do deficit. Frederico lembrou que depois da conclusão do cálculo atuarial, é preciso solicitar que a empresa FAC refaça o estudo de atualização do deficit, solicitado pelo Conselho Fiscal. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às 11h50, e eu, Vera Madalena da Rocha Maia, redigi a presente ata que será assinada por todos. Mariana, 8 de novembro de 2021.

Adão do Carmo da Rocha

Frederico Milagres de Oliveira

Juvenil Cassiano dos Santos

Marcelo Henrique Machado S. Araújo

Michelle Pereira Xavier

Vera Madalena da Rocha Maia